



Casa dos Conselhos e Comissões
"Augusto Ângelo Zanatta"
CEP: 25.684-060 - Petrópolis, RJ
(24) 2246-9077 . 2269-4300



Conselho Municipal de Cultura
Petrópolis - RJ
cmpetropoliscultura@gmail.com

ATA MAIO/2022 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Cultura, realizada de forma on-line, no dia 09 de Maio de 2022, às 18 horas.

A reunião se iniciou às 18:15 com a presença de Conselheiros do Poder Público: Cristiane Monteiro, Diana Iliescu, Leonardo Cerqueira, Ana Luiza e Marcelo Moraes, representantes do IMC; Felipe Graciano representante da COPIR; Mauro Correa representante da Sec. de Meio Ambiente; Leonardo Sindorf, representante da Sec. de Desenvolvimento Econômico; Dalva Ribeiro, representante da Sec. de Turismo. Da Sociedade Civil: Beatriz Ohana, segmento de Audiovisual; Marcos Carneiro, segmento de Cultura Germanica. Josiana Oliveiras e Rosa Damasceno, segmento de Artes Visuais; Dafne Souza, representante do segmento de Moda; Fátima Brasil, representante do segmento de Canto Coral; Felipe Laureano, representante do segmento de Cultura Afro; Iara Rocha, representantes do segmento de Pontos de Cultura; Luiz Cláudio, representante do segmento de Bandas Marciais; Marcelo Xavier, representante do segmento de artesanato; Pedro Fernandes representante do COMDPCD; Neiva Voigt, representante do segmento de Dança; Rosina Bezerra, representante do segmento de Literatura; Raquel Neves, representante COMTUR; Jorge Rossi e Elisabete Sillveira, representantes do segmento de Teatro. Além da presença de Guilherme Avelino, Mauricio Araújo, Sancler Guimarães, Luiz Ernensto Bretz, Casa DItalia, Walmir Ferreira, Alexandre Cineli, Alessandro Conceição, Guilherme Barcelos, Eduardo Costa (FAMPE), Paula Mori, Lilia Olmedo, Nilcea Saionara, Primeiramente Cristiane Monteiro deu informes sobre as duas atas que deveriam ser aprovadas na reunião, sendo elas da reunião ordinária de Março e de Abril, a de Abril não foi feita por conta do áudio corrompido da gravação e a de

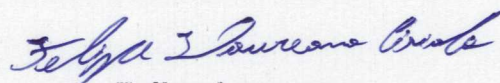
Março estava completamente cortada, além disso, a extra de Abril não foi gravada, porque Felipe Laureano ficou de gravar e no dia teve um problema. Após, Felipe Laureano pede para que seja verificado o quorum, e repassa a pauta. Inicia-se então a votação para segunda secretaria onde Laureano pede para que os interessados se manifestem. Iara Rocha diz que é muito importante que alguém se candidate mas que não está podendo no momento, por questões pessoais e de saúde. Diana reforça a importância das pessoas da sociedade civil estejam na mesa diretora, ocupando a segunda secretaria, para fortalecer a participação. Pedro Fernandes manifestou sua candidatura ao cargo de segundo secretário e em seguida foi eleito por votação simples, onde os presentes não manifestaram oposição. Pedro Fernandes agradece e diz que já colaborou com essa função em outro momento e que está feliz de voltar a contribuir. Em seguida, Felipe Laureano encaminhou para votação da modalidade da reunião. Cris Monteiro sugere chamar nominalmente os conselheiros. Laureano informa que caso volte a ser presencial será realizada no Centro de Cultura Raul de Leoni e Diana Iliescu confirma que o IMC pode receber as reuniões tanto presenciais como híbridas. Iara Rocha sugere que os presidentes dos conselhos façam um acordo de cavalheiros para votar por último. Diana Iliescu concorda e diz que pode ser a última a votar. Votaram Híbrido: Neiva Voigt, Josiana Oliveiras, Luiz Claudio, Fatima Brasil, Beatriz Ohana, Dafne de Souza, Pedro Fernandes, Iara Rocha, Felipe Laureano, Leo Sindorf, Ana Luiza Castro, Dalva Ribeiro, Leonardo Cerqueira. Votaram Presencial: Marcelo Xavier. Ausentes no momento da votação: Marcos Carneiro, Marcelo Xavier, Lucas Sixel, Vinicius Gabriel, Cristiano Duque, Eduardo Ivo, Raquel Neves. Dessa forma ficou definido que a próxima reunião será no modelo híbrido. Em seguida Felipe Laureano dá continuidade a pauta, abrindo a votação para o escopo do edital do Fundo Municipal de Cultura. Diana Iliescu e Cristiane Monteiro dão esclarecimentos do que é possível que o conselho defina nesta votação, sendo apenas o número de categorias e projetos e que outros detalhes são de competência da comissão de projetos. Felipe Laureano dá informes sobre o que foi tratado no Fórum Popular de Cultura a respeito do Edital e diz que o fórum discutiu a respeito do DRT e que o fórum acha que isso não pode ser um limitador da participação no edital. E cita a lei 6.533, que por ser uma lei precisa ser respeitada e compreendida. Dafne Souza opina sobre a importância do DRT e que o mesmo é um instrumento que protege os profissionais da cultura, que garante direitos trabalhistas para os artistas. Diana Iliescu diz que acha muito importante as leis que buscam a profissionalização dos artistas, mas lembra que é importante uma visão ampla sobre o fazer cultural, e garantir o acesso a todos, independente de estar profissionalizado ou não. Cris Monteiro defende que o DRT não seja um limitador da participação das pessoas e que o edital, que é o único instrumento democrático de distribuição de recursos na cidade, abarque tanto artistas amadores como profissionais. Mauricio Araújo propõe que alguns agentes culturais se juntem e montem um grupo de trabalho para auxiliar as pessoas a se profissionalizarem. Pedro Fernandes diz que já sugeriu anteriormente que a categoria 1 do edital fosse para formação e profissionalização e acha importante valorizar o profissionalismo e ajudar outros agentes culturais a se

profissionalizarem. Leonardo Cerqueira diz que acha que um problema em relação ao edital é que contempla amadores e profissionais num mesmo edital, e propõe que mantenham o DRT como exigência parcial, apenas para atividades de formação. Marcelo Moraes concorda que direitos trabalhistas e profissionalização são sim importantes, porém que isso não pode ser um limitador da participação no edital porque as condições dos fazedores de cultura não é igualitária. Guilherme Avelino diz que acha que não é adequado criar ainda mais regras que restrinjam a participação das pessoas, e que é contra a exigência de DRT para participar do edital. Guilherme Avelino pede ainda que o Jorge Rossi representante do segmento de artes cênicas divulgue as reuniões dos segmentos porque ele não tem ficado sabendo. Neiva Voigt diz que a dança, teatro e circo tem características únicas para estarem abarcadas no mesmo segmento e diz que acha muito importante a profissionalização e o respeito. Rosa Paranhos diz que o pedido do DRT restringe a participação e que se já está formatado a necessidade só pra formação que se mantenha isso e não precise discutir novamente. e que acha importante garantir o maior número de participação possível. Iara Rocha pede que as pessoas tenham o direito de se manifestar e que respeitem as falas uns dos outros, e diz que ter DRT não é uma realidade na vida das pessoas e que o segmento de artes cênicas na figura do representante Jorge Rossi, independente do edital, estructure uma campanha para que se faça um levantamento de quantos artistas tem DRT, e também em relação ao que o sindicato tem feito pelos trabalhadores. Jorge Rossi diz que acha que a lei precisa ser respeitada e que os segmentos são particulares mesmo, mas que pode fazer essa força tarefa para as pessoas se profissionalizarem. Diz que tem postado nos grupos sobre as reuniões e que gostaria de aprovar a cadeira de performance que seria um espaço para amador e profissional. Felipe Laureano reforça a importância de se informar sobre a lei e de encontrar uma metodologia legal para o edital sem restringir a participação. E encaminha a votação do escopo. Cris Monteiro apresenta a proposta de escopo para votação (em anexo).

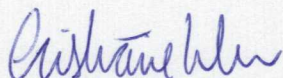
Pedro Fernandes pergunta a respeito da comprovação de atuação do proponente, se em caso de MEI poderia ser considerado o histórico da pessoa física também. Felipe Laureano e Leonardo Cerqueira confirmam que sim, em caso de MEI se considera também o histórico cultural da pessoa física responsável pelo MEI. Votam por aprovar o escopo: Neiva Voigt, Josiana Oliveira, Jorge Rossi, Luiz Claudio, Fatima Brasil, Marcos Carneiro, Marcelo Xavier, Dafne Souza, Pedro Fernandes, Iara Rocha, Beatriz Ohana, Felipe Laureano e do Poder Público: Dalva Ribeiro, Cristiane Monteiro, Marcelo Moraes, Ana Luiza Castro, Leonardo Sindof, Diana Iliescu. Em seguida Laureano encaminha para votação, a pedido da conselheira Iara, o nome do edital, e pede que quem tenha sugestões se manifeste. Iara Rocha sugere o nome "Cultura Floresce", Josiana sugeriu Nelson Ricardo, Jorge Rossi sugere que seja mantido o nome Maria Luiza. Neiva propõe "Projetos Culturais Inesquecíveis", Cris Monteiro sugere "edital de projetos culturais". Por votação de maioria simples foi definido o nome Edital Nelson Ricardo. Em seguida, Felipe

Laureano encaminhou para votação da cadeira da Fampe. Eduardo Costa representante da Fampe diz da importância da participação das associações de moradores no conselho de cultura, que está como ouvinte, mas que a Fampe deve estar em todos os conselhos contribuindo. Porém Cris Monteiro verifica que não tem quórum para ser votada a inclusão da cadeira. Diana Iliescu sugere que Eduardo continue participando das reuniões e que essa participação das associações no conselho é muito importante. Porém que a inclusão de cadeira deve ser acompanhada pela revisão do regimento interno para que não se crie um problema de inviabilidade das discussões e votações, pois quanto mais cadeiras, mais difícil fica de alcançar o quórum. Em seguida, Felipe Laureano encaminha para plenária a inclusão de um ponto de pauta para eleição de um membro da sociedade civil para a comissão de projeto, por conta da saída de Luciana Viveiros que não pode continuar pois a mesma foi desligada no COMTUR. Marcelo Xavier pergunta se é possível incluir ponto de pauta mesmo após a pauta ter sido fechada na reunião anterior. Felipe Laureano esclarece que sim. Guilherme Barcelos defende que essa pauta seja incluída para que essa falta de um membro na comissão não atrapalhe o andamento do edital. Cris Monteiro consulta o regimento e informa que pautas emergenciais podem ser incluídas pelo presidente. E então a plenária decidiu por votação de maioria simples que a votação fosse feita na presente reunião. Para a votação, Felipe Laureano se candidata a comissão e pede que outros conselheiros interessados em participar da comissão se manifestem, porém lembra a todos que os membros da comissão ficam vedados de inscrever projetos no edital. Nenhum outro candidato se manifestou e por maioria simples de votos Felipe Laureano passou a integrar a mesma. Dando sequência a pauta em relação ao posicionamento do Poder Público quanto a lei cultura viva. Diana diz que é totalmente favorável à lei cultura viva, que é uma política federal que compõe uma série de ações que seguem o paradigma do "do in" de Gilberto Gil e que prevê que todos somos fazedores de cultura, e que esse pensamento valoriza muito nossa sociedade e diversidade. Diz que já esteve no encontro latinoamericano de pontos de cultura em El Salvador e que é uma política muito bem sucedida e forte que saiu do Brasil e se espalhou pela América Latina e outros locais e que é um conceito de política pública muito potente. Porém que é necessário que o governo federal e estadual possam dar segmento nessa política pública, que são poucas as cidades que têm leis municipais e que apesar da ideia da lei ser muito interessante é preciso ter recursos para manter os pontos de cultura, e que isso deve ser estruturado de forma nacional, sendo transversal a diferentes níveis de esfera pública. Iara Rocha agradece a colocação da Diana e diz que ela é uma pessoa responsável e que sabe o quanto Diana tem noção da dimensão da importância dos pontos de cultura. Diz que em Córdoba foi criada uma Subsecretaria de cultura viva dentro do órgão que equivale a secretaria de cultura municipal e que isso mostra a importância do programa na América Latina. E diz que há sim como o município de forma independente fomentar os pontos de cultura, e que em Petrópolis foi feito todo um trabalho e que hoje existe uma rede de pontos de cultura e que inclusive estão propondo a lei de cultura viva municipal. E informou que em 2011 foi fomentado pelo

governo do Paulo Mustrangi os 4 pontos de cultura que existiam à época e por isso pede que seja vista a possibilidade de uma reunião junto a prefeitura para que seja tratada dessa pauta. Marcelo Valverde diz que acha triste termos ficado reféns do governo federal e que o Rubens Bomtempo foi o prefeito que apoiou o fórum de economia solidária e que agora é necessário mais investimento. Em seguida, Felipe Laureano lê o relatório da comissão das reformas do Theatro Dom Pedro, realizado por Pedro Fernandes e Neiva Voigt. Em seguida foi aberta a palavra para informes. Dafne Souza comentou sobre os representantes que pediram revisão da planilha de faltas e que gostaria de saber sobre qual nosso posicionamento a respeito de tais faltas em relação à pandemia. Felipe Laureano sugere colocar também esse assunto para que a comissão de revisão do regimento interno discuta. Lara Rocha encaminha como ponto de pauta para a próxima reunião que seja incluída uma colocação do poder público a respeito de quais pontos da plataforma da cultura e do plano municipal de cultura serão prioridade do atual governo. E dá um informe sobre a ata da reunião da rede e o regimento da rede de pontos de cultura. Além disso, diz que dia 21 terá uma plenária do Glauber Braga para proposição de emendas parlamentares. E em seguida ela fala a respeito de um desentendimento que teve com Diana Iliescu e que foi superado com maturidade, onde as duas pediram desculpas e se respeitam muito. Diana Iliescu também diz que pede desculpas e que acha importante terem se entendido e estarem se respeitando cada vez mais. Diz que em relação à fala da Dafne a respeito das faltas que nunca foi cobrado de fato a exclusão do conselheiro. Jorge Rossi diz que acha importante seguir o regimento e respeito das faltas. E diz que quer saber ainda sobre a votação da cadeira de performance e que pede aos segmentos para cada segmento fazer seu regimento interno. Em seguida Marcelo Xavier fala da conferência municipal da economia solidária no final de junho e do lançamento do instituto de cultura popular e economia criativa que está sendo finalizado. Diz que as feiras da ecosol estão bastante debilitadas ainda e que precisa da ajuda das pessoas para aumentar o público da feira. Marcos Carneiro atualiza a todos das negociações da Bauernfest em relação à participação dos grupos e mudança da data. Diz que os grupos estão numa situação preocupante e que necessitam do auxílio de toda a iniciativa pública, cuidando das pessoas que fazem a cultura germânica se manter viva na cidade. Em seguida foram votados para a próxima reunião os pontos de pauta:, sendo os aprovados por maioria simples dos presentes. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada.



Felipe Laureano
Presidente



Cristiane Monteiro
1º Secretária

Parâmetros Edital do FMC 2022						
DOS PROPONENTES*	Física					
	Jurídica					
COMPROVAR ATUAÇÃO CULTURAL NA CIDADE*	2 anos					
VEDAÇÃO	Servidores Públicos					
	Comissão de Projetos					
	Inadimplentes com as obrigações junto ao CMC.					
INSCRIÇÕES*	Via Online					
CARTAS DE ANUÊNCIA	Assinada ou Escaneada com email de confirmação					
CATEGORIAS*				R\$		
				R\$	67.500,00	
	1 PF	45	1.500,00		0	
	PJ pequeno			R\$	R\$	R\$
2 porte	10		10.000,00	100.000,00	347.500,00	
PJ médio			R\$			
3 porte	6		30.000,00	0		
LIMITE NÚMERO DE PARTICIPANTES						
Nº DE PROJETOS POR PROPONENTE						
Nº DE PROJETOS						

POR SEGMENTO						
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO*	a) Qualidade artística do produto					
	- Abordagem, criatividade, originalidade, diversidade e conceituação, grau de excelência dos projetos.					
	b) Relevância do produto para a área artística e segmento escolhido					
	- Contribuição do projeto para o fortalecimento e desenvolvimento do segmento cultural a que pertence.					
	c) Contribuição cultural para a população petropolitana					
	- Acesso do projeto ao público, sobretudo petropolitano, com olhar focado em níveis de descentralização, alcance e incentivo à formação de plateias (mesmo que virtuais).					
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO*	d) Viabilidade de execução					
	- Adequação do produto cultural com o cronograma proposto, execução financeira e planejamento de execução do projeto.					
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO*	e) Experiência e qualificação do proponente					
	- Experiência profissional, diante do portfólio e demais documentação que comprove a execução de atividades culturais anteriores.					
TODAS AS ETAPAS ONLINE*						
ATIVIDADES DE FORMAÇÃO*						

DOCUMENTAÇÃO*	Etapa de classificação ocorrer antes da entrega dos documentos					
DRT*						
SEGMENTOS*	INCLUIR SEGMENTOS QUE NÃO FORAM AINDA INCLUIDOS NA LEI					
NOME/HOMENAGEM*	Nelson Ricardo					
	Vera Raimundo					
DESCENTRALIZAÇÃO*	Ponto extra					